



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 2/2021 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO DE MINAS GERAIS.**

**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.,** empresa brasileira, regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.028.986/0001-08, com Matriz localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida do Estado, 6116, Cambuci, e filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.028.986/0010-07, localizada na Avenida Cristiano Machado, 2860 – União – Belo Horizonte – Minas Gerais, vem, respeitosa e tempestivamente, por seu representante legal que assina ao final, apresentar

### **CONTRARRAZÕES**

ao recurso apresentado por TK ELEVADORES S/A, contra a vossa acertada decisão declarando a Elevadores Atlas Schindler Ltda vencedora, pelas razões a seguir expostas.

### **I. DOS FATOS**

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região promoveu processo licitatório (Tomada de Preço), cujo objeto foi assim descrito:

“1.1. Contratação de empresa especializada visando a modernização e assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças de 4 (quatro) elevadores elétricos tipo “passageiro” localizado na Rua dos Goitacazes 1475, em Belo Horizonte – MG, conforme normas técnicas vigentes no Brasil, nos termos deste Edital e seus anexos.

1.2. Regime de execução: Empreitada integral.”



A Atlas Schindler, empresa declarada como vencedora do certame referente a licitação “Tomada de Preços Nº 02/2021”, apresentou o valor de R\$1.636.393,52 considerando o VALOR TOTAL da modernização (produtos mais obra civil, mecânica e elétrica) e manutenção pelo período exigido em edital.

Entretanto foi interposto pela empresa TK ELEVADORES S. A. (“Recorrente”), em face da decisão que acertadamente declarou a empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER Ltda, (“Recorrida”), vencedora do certame em apreço, alegando em síntese que o valor apresentado pela ora Recorrida, supostamente não assume, em sua proposta a responsabilidade pela realização do serviço.

## **II. DO DESPROVIMENTO DO RECURSO**

Primeiramente, cabe a vencedora do certame aclarar que os referidos pisos das cabinas estão incluídos no valor da modernização, pois trata-se de um dos itens relacionados aos serviços, incluídos no cálculo total de formulação do preço apresentado no item “VALOR TOTAL DA MODERNIZAÇÃO (a+b) R\$1.550.000,00 – Um Milhão, quinhentos e cinquenta mil reais”. O que também está incluído no valor da modernização, o Software para gestão do tráfego, que atende todas as configurações referidas ao item 3 do anexo, do subitem 9.7 – CONTROLE DE TRÁFEGO E GESTÃO.

Dito isso é importante esclarecer que a Atlas Schindler, declarada vencedora do certame se comprometeu em atender TODO O ESCOPO do edital, sendo infundada a argumentação de que a vencedora não assume a responsabilidade pela execução de todos os serviços, bem como é infundada a argumentação de que a vencedora apresentou proposta de valor inferior.

O edital é claro ao expor, logo em suas primeiras páginas que:

3.1. Poderão participar desta Tomada de Preços os interessados **que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital** e seus anexos, inclusive quanto aos requisitos mínimos de qualificação exigidos para a Habilitação.



Não obstante o item abaixo reza que:

14.25. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as normas técnicas vigentes, podendo a FISCALIZAÇÃO recusar os serviços que não atenderem a tal requisito, ficando, nesta hipótese, obrigada a refazê-los e a fornecer todo o material gasto, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE e dentro dos mesmos prazos pactuados.

Seguidos dos requisitos de apresentação da proposta:

20.4. Deverão ser encaminhados os encartes com a apresentação da linha do produto a ser instalado durante a modernização, contendo a descrição básica dos comandos, sistemas, softwares e periféricos que serão utilizados.

Ciente das sanções aplicadas no item 21 do edital, que apresenta:

21.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades.

Neste sentido, não resta a menor dúvida, que de acordo com o princípio a vinculação ao instrumento convocatório, previstos no artigo 3º, art. 41 e art. 55, XI, todos da Lei Federal 8.666/93, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.



“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.”

Neste sentido, importante deixar claro que a proposta ora apresentada, não está em desacordo com o edital, sendo completamente descabida e não fundamentada objetivamente o presente recurso, sendo impugnável apresentação de um recurso por considerar a presente proposta mais vantajosa à esta Administração.

Reiteramos que a proposta, apresentada no momento da abertura dos envelopes, em seu subitem destinado à modernização, não há campo destinado exclusivamente aos valores de obra civil, mecânica e elétrica, o que OBRIGA A CONTRATADA a atender todo o escopo proposto pelo edital, referente a modernização dos 4 elevadores, pelo valor apresentado no item “VALOR TOTAL DA MODERNIZAÇÃO (a+b) R\$1.550.000,00 – Um Milhão, quinhentos e cinquenta mil reais”.

A linha de botoeira apresentada pela Atlas Schindler, atende aos requisitos de qualidade exigidos pelo edital, já comprovados pelo envio de documentação em outro processo, recente, em que a nossa empresa foi declarada como vencedora, inclusive com a aprovação da equipe técnica do referido órgão. Colocamo-nos à disposição, caso seja necessário, para enviar novamente toda a documentação.

### **III. DO RECURSO PROTELATÓRIO**

Todo recurso deve ser motivado para ser interposto. Deveras, sabe-se que a que a expressão “motivadamente” contida no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 traduz-se na necessidade mínima de haver plausibilidade para a interposição de recurso.

No caso concreto, é notório que a TK ELEVADORES, embora credenciada, não foi declarada vencedora deste certame, logo, em vias de fato, não se conforma com a decisão proferida por V.Sas., sem apresentar qualquer evidência para este recurso.

Assim, evidencia-se que a TK ELEVADORES apenas pretende alvoraçar e atrasar o regular andamento do processo licitatório com a interposição de recurso meramente protelatório.

Com efeito, é uníssono o entendimento do TCU, entendimento ao qual está Administração se sujeita, no sentido de exigir-se certa qualidade na motivação



de intenção recursal, com o fito de que os motivos apresentados pelo licitante possuam “um mínimo de plausibilidade para seu seguimento”. Vejamos:

A finalidade da norma é permitir ao pregoeiro afastar do certame licitatório aquelas manifestações de licitantes que, à primeira vista, revelam-se nitidamente protelatórias seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilidade da via recursal, seja por ausência de requisitos extrínsecos como o da tempestividade. Essa prerrogativa atribuída ao pregoeiro não fere as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório e se coaduna com os princípios da eficiência e celeridade processual que presidem as licitações da espécie. O exame preambular da peça recursal permite ao julgador do certame não conhecer do pedido quando o licitante não demonstra a existência de contrariedade à específica decisão da comissão julgadora. Cito, como exemplo, o requerimento de diligências à comissão de licitação para esclarecer fato irrelevante ou a impugnação do edital quando esta via já se encontra preclusa. Tais razões equivalem à ausência de interesse e de motivação do recurso. Nessa vereda, o responsável pela licitação não estará antecipando o mérito do recurso à admissibilidade, mas liminarmente afastando as petições recursais nas quais não haja interesse de agir. (Acórdão nº 3.151/2006-2ª Câmara, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues)

Destaca-se que o simples descontentamento não gera motivo legal para recorrer em busca de uma nova decisão, como ocorre in casu.

Ora, é absolutamente compreensível que o licitante vencido na disputa fique descontente com a decisão que declarou vencedora a sua concorrente, mas, repise-se à exaustão, a mera insatisfação não é bastante para se constituir no falado motivo jurídico!

Deveras, considerado o fato de que o recurso ora contrariado está de todo desprovido de argumentos fáticos e jurídicos, uma vez que toda a matéria reclamada pela Recorrente não resiste ao menor sopro de bom senso, já que toda a proposta foi apresentada conforme o modelo apresentado no Anexo III do Edital, conforme o subitem 20.1 do Edital, de tal sorte que este recurso tem nítido intuito protelatório devendo ser, de pronto, rechaçado por esta Administração, uma vez que seu único fundamento é o simples descontentamento da Recorrente, como o caso sob análise.

Para aniquilar quaisquer dúvidas sobre a matéria, mister se faz falar sobre o interesse recursal na esfera Administrativa.

Com efeito, a interposição de recursos administrativos em geral depende da existência de seus pressupostos de admissibilidade objetivos e subjetivos. Na qualidade de pressupostos objetivos, tem-se como necessários: i) existência de ato administrativo decisório; ii) tempestividade para a interposição; iii) fundamentação e iv) pedido de reforma da decisão.



Ora, ainda que se verifique a existência de alguns destes pressupostos do ponto de vista objetivo, notadamente os itens i, ii e iv dos pressupostos objetivos, salta aos olhos a inexistência dos demais.

Com efeito, ainda que exista ato administrativo decisório, a peça recursal tenha sido apresentada de forma supostamente fundamentada e tempestiva de forma escrita, e exista pedido de reforma, é nítido que à Recorrente faltam os fundamentos objetivos que justifiquem a interposição do recurso.

Assim, a Recorrida requer seja negado provimento ao recurso, reconhecendo-o como meramente procrastinatório para manter a decisão que declarou vencedora a proposta da ATLAS SCHINDLER.

#### **IV. DA INABILITAÇÃO.**

A Atlas Schindler, através desse documento, apresenta recurso para solicitar a INABILITAÇÃO da proposta apresentada pela TK ELEVADORES, pois a referida empresa apresentou projeto de modernização dos elevadores que NÃO ATENDE AO ESPECIFICADO NO EDITAL, uma vez que a proposta deveria prever uma expansão para atendimento da 17ª parada ( equipamentos 21105, 21106 e 21107 ) e 18ª ( equipamento 21434 ) imediatamente, e caso seja necessário, futuramente, 18ª parada ( equipamentos 21105, 21106 e 21107 ). A proposta da TK Elevadores apresenta uma modernização para atender o cenário atual, NÃO CITANDO EM NENHUM MOMENTO em sua proposta as atualizações exigidas no subitem 9.1 – CABINA, letra “u”, transcrito abaixo:

u. Alteração do número de andares atendidos.

Os elevadores terão acréscimo de 1(um) andar na quantidade de andares descritos no item 1 deste anexo, e estão contemplados nessa modernização todos os serviços necessários para implantação em mais um andar. Sendo assim os equipamentos de números 21105, 21106 e 21107 passarão a atender 17 pavimentos e o equipamento de número 21434 passará a atender 18 pavimentos. Deverão, ainda, ser incluídos na cabina e em todo o comando e controle dos equipamentos 21105, 21106 e 21107 todos os componentes necessários para que esses equipamentos possam, no futuro, vir a ter 18(dezoito) paradas, essas paradas devem ficar inabilitadas.

\*Nota: Atualmente entre o andar térreo e o segundo andar há 2 (dois) níveis, sendo que, atualmente, o primeiro é atendido apenas pelo equipamento 21434 e o segundo não possui paradas. O segundo nível passará a ser atendido pelos 4 equipamentos e os serviços estão previstos nessas especificações. O primeiro nível poderá vir a ser, no futuro, totalmente ocupados e atendidos pelos demais equipamentos, sendo


**Atlas Schindler**

assim, neste momento estamos prevendo o futuro atendimento nestes andares e já deixando a infraestrutura de comando e controle pronta para incluirmos este andar, porém ficarão desabilitados. Não faz parte do escopo desta licitação a abertura e implantação de novas portas de pavimentos no primeiro nível acima do hall de entrada.

Abaixo, segue a capa da proposta apresentada, declarando claramente que todo escopo apresentado seguidamente é para atender aos elevadores de 16 paradas (21105, 21106 e 21107) e 17 (21434), pois, como já dito, não apresenta em nenhum momento em sua proposta a previsão de expansão exigida em edital. Se não há previsão de expansão no corpo da proposta, a mesma não contempla essa previsão, prevalecendo informações da capa e não atendendo ao exigido pelo edital.

**TKE** JO

<b>TKE</b>	<b>RELATÓRIO TÉCNICO DE MODERNIZAÇÃO – PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO PARCIAL DOS EQUIPAMENTOS</b>		<b>PROPOSTA</b>	
		Emissão: 13 / 10 / 2021		Página 1 de 18
<b>DADOS DA EMPRESA:</b>				
ThyssenKrupp Elevadores S / A Rua Ouro Preto, 336 Barro Preto Belo Horizonte – MG		CNPJ : 90.347.840 / 0007 – 03 Inscrição Estadual: 062.011.852.0066 Inscrição Municipal: 407.187 / 001-9 Fone : 0-XX-3064-3000		
<b>ENGENHEIRO RESPONSÁVEL:</b>				
Emerson Couto Guimarães		Engenheiro Mecânico – CREA 66483 / D		
<b>Dados do Prédio / Condomínio</b>				
Edifício:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	Categoria Prédio:	Comercial	
Endereço:	Rua Góias, 452	Barro:	Barro Preto	

**1-) INFORMAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS**

<b>Número de Série – Sociais</b>		<b>21.105/25.106/25.107</b>	
Tipo:	PASSEGEIROS	Capacidade interna da cabina:	12 pessoas / 840 KG
Linha:	SUPERDYNE® com controle VVVF	Velocidade nominal do cabo:	120 metros por minuto
Paradas:	16 PARADAS – 16 ENTRADAS	Sistema abertura portas pavimento:	Abertura Central Automática

<b>Número de Série – Serviço</b>		<b>21.434</b>	
Tipo:	PASSEGEIROS	Capacidade interna da cabina:	08 pessoas / 560 KG
Linha:	SUPERDYNE® com controle VVVF	Velocidade nominal do cabo:	105 metros por minuto
Paradas:	17 PARADAS – 17 ENTRADAS	Sistema abertura portas pavimento:	Abertura Lateral Automática

Emerson Couto Guimarães  
 Engenheiro Mecânico – CREA 66483 / D  
 Rua Góias, 452 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG



A Atlas Schindler está fornecendo elevadores novos, todos com 18 paradas, onde os andares que não necessitam de trânsito de passageiros atualmente ficarão inabilitados, conforme esclarecimentos dados à equipe técnica do órgão. Desta forma, conseguimos atender tanto a expansão atual exigida em edital, como a expansão futura, caso seja necessária.

Embasado nas argumentações acima apresentadas, que contemplam todos esclarecimentos relacionados à responsabilidade da ATLAS SCHINDLER em atender em sua plenitude todo o escopo do edital, modernização e manutenção, pelo valor apresentado de R\$1.636.393,52 – Um Milhão, seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos – e ao não atendimento da proposta da TK Elevadores ao edital, solicitamos ao órgão a manutenção da ATLAS SCHINDLER como VENCEDORA e a inabilitação da TK Elevadores do certame.

#### **V. CONCLUSÃO.**

Face a todo o exposto, requer a Atlas Schindler, manutenção da ATLAS SCHINDLER como VENCEDORA e a inabilitação da TK Elevadores do certame, por falta de atendimento ao Edital, bem como por não haver em suas alegações qualquer amparo legal, jurisprudencial ou doutrinário e a inabilitação

Nestes Termos.

P. deferimento.

Belo Horizonte, 03 de março de 2022.

DocuSigned by:

*Marcos Luis da Silva*

**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA**

**Marcos Luis da Silva**

**Gerente Comercial**